

14/12/1984

Um protesto contra o Inamps, com o apoio da direção do Inamps.

Com o apoio do secretário da Agricultura de Santa Catarina e do superintendente regional do Inamps, cerca de três mil trabalhadores rurais fizeram ontem pelas ruas de Florianópolis uma manifestação de protesto pela discriminação que vêm recebendo nos atendimentos da Previdência Social. Apesar do grande congestionamento causado no trânsito da cidade, os 300 policiais deixados de prontidão pela Secretaria da Segurança não interferiram.

Os trabalhadores rurais chegaram à capital catarinense pela manhã e ficaram concentrados na estação rodoviária até depois do meio-dia. No início da tarde estiveram na Assembléia Legislativa, onde expuseram suas reivindicações aos deputados, explicando que exigem os mesmos direitos no atendimento concedidos pela Previdência ao homem urbano.

Da Assembléia saíram em passeata até a cabeceira da ponte Colombo Salles, sendo saudados por populares enquanto percorriam as principais ruas do centro. O secretário da Agricultura, Wilson Kleinubing, juntou-se aos manifestantes e, ao ser interpelado pelo chefe do policiamento para interceder pela reabertura da ponte, limitou-se a dizer que "quem decide são os agricultores, eu não decido nada aqui". O superintendente regional do Inamps, Luís Alberto da Silveira, também apoiou a causa dos agricultores e afirmou que manterá sua posição, "mesmo se me demitirem do cargo".

Prev-Rural

A Confederação Nacional da Agricultura — CNA — e o Ministério da Previdência Social formarão uma comissão paritária para apresentar até o final da próxima semana ao ministro Jarbas Passarinho um estudo detalhando a execução do Prev-Rural (Programa Nacional de Previdência Social Rural), principalmente sobre a forma de recolhimento da arrecadação dos 8% por parte dos trabalhadores rurais.

Ao sair do gabinete do ministro Jarbas Passarinho, o presidente da CNA junto com os presidentes das Federações de Agricultura de Minas, Paraná e Santa Catarina manifestaram-se contra o aumento de 2,5% para 3,5% do imposto sobre a comercialização agrária para o Prev-Saúde. Eles argumentaram que a sonegação desse imposto por falha do sistema de fiscalização do IAPAS é tão grande que só a melhoria dessa arrecadação daria ao ministério recursos suficientes para manter o programa do Prev-Rural.

(Página 2)